



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO II - EDIÇÃO Nº 320 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 11 de julho de 2017

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 485/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas no art. 17, inciso X, alínea "b" da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto nos arts. 173 e 178 da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 e art. 3º, inc. VI, letra "g", da Lei Estadual nº 2.580, de 03 de maio de 2012 c/c o art. 21 do Ato nº 20/2017, de 16 de fevereiro de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores a seguir nominados, com suas respectivas atribuições, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Processante Permanente de Processo Administrativo Disciplinar:

#### MEMBROS TITULARES:

CONCEIÇÃO DE MARIA BEZERRA, Técnico Ministerial, matrícula nº 19970;

MARA NELI LEAL DA MOTA PRADO, Analista Ministerial Especializado – Ciências Jurídicas, matrícula nº 15794;

MARIJARA FONSECA AYRES, Professora da Educação Básica, matrícula nº 13893;

#### MEMBROS SUPLENTES:

ANELIZE DALCIN MIOTTO CORRÊA, Assistente Administrativo, matrícula nº 1029347;

LUZENIR BORGES DOS ANJOS VIEIRA, Analista Ministerial Especializado – Ciências Jurídicas, matrícula nº 8091;

SUELENE MACIEL DA COSTA, Técnico Ministerial, matrícula nº 12292.

Art. 2º Compete à Comissão, de que trata a presente Portaria, instruir, conduzir e concluir os Processos Administrativos Disciplinares para apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, podendo propor termo de ajuste de conduta, antes ou durante o procedimento disciplinar, quando presentes, objetivamente, os indicativos apontados no artigo 147 da Lei 1.818/07, e, ainda, promover análise de dossiês de todos os servidores desta Instituição e obter informações complementares junto aos seus registros funcionais, visando constatar situações irregulares em documentos de investidas e dar continuidade aos processos já instaurados, devendo, no encerramento dos trabalhos, emitir relatório conclusivo, que será submetido à apreciação superior.

Art. 3º REVOGAM-SE as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 361/2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRAM-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de julho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00194

ASSUNTO: Procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares de informática.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 340/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea "c", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013, nº 021/2016 e nº 025/2016, consoante as manifestações favoráveis constantes nos Pareceres Administrativos nº 105/2017 e nº 112/2017, às fls. 268/272 e 330/331, respectivamente, ambos exarados pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 057/2017, às fls. 332/334, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares de informática, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como as recomendações do CNMP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 10 de julho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE

**DESPACHO Nº 341/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea "j", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça Substituto ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE, itinerário Almas/Dianópolis/Almas, no período de 04 a 06 julho de 2017, para participar audiências, conforme Memória de Cálculo nº 070/2017 e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça Substituto, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 34,19 (trinta e quatro reais e dezenove centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRAM-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de julho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Promotora Assessora do PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

PROCESSO Nº: 2017.0701.00190

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 342/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 115/2017, às fls. 325/327, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 058/2017, às fls. 328/331, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e para as demais Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 016/2017, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: J. G. EMPREENDIMENTO COMERCIAL – EIRELI - ME – item 03; R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – EPP – itens 04, 05, 07 e 08, em conformidade com a Ata da Sessão Pública, acostada às fls. 298/302, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços acostadas às fls. 206/228 e 320/322. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 10 de julho de 2017.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00246

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de aparelhos telefônicos.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 343/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 117/2017, às fls. 57/60, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 059/2017, às fls. 61/63, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de aparelhos telefônicos, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 10 de julho de 2017.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**DIRETORIA-GERAL****ATO CHGAB/DG Nº 015/2017**

*Homologa o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho – APD de servidor(es) dos Quadros Auxiliares de Provimento Efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins.*

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033/2017, de 03 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e no ATO nº 064/2016, de 19 de julho de 2016, com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

**RESOLVEM:**

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho – APD, de servidor(es) efetivo(s) e estável(is) dos quadros auxiliares de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 07 de julho de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 015/2017, DE 07 DE JULHO DE 2017  
RESULTADO DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO - APD**

AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO – APD RESULTADO DA AVALIAÇÃO					
Ord.	Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
1	96409	Geilza Maria de Araújo Resplande Noleto	Auxiliar Ministerial	01/06/2017	Aprovada
2	112112	Marina Lima Falcão	Analista Ministerial	01/06/2017	Aprovada
3	96509	Natalia Fernandes Machado Nascimento	Auxiliar Ministerial	01/06/2017	Aprovada
4	112512	Wellington Gomes Miranda	Analista Ministerial	05/06/2017	Aprovado
5	112912	Andreia Alves de Carvalho	Analista Ministerial	06/06/2017	Aprovada
6	96609	Luciana Carla da Hora Duailibe	Analista Ministerial Especializado	08/06/2017	Aprovada
7	74607	Luiz Evelino Barbosa	Técnico Ministerial	11/06/2017	Aprovado
8	120913	Sonia Marcia Gonçalves	Analista Ministerial	11/06/2017	Aprovado
9	113012	Diogo dos Santos Miranda	Analista Ministerial	13/06/2017	Aprovado
10	100410	Cesar de Amorim Rodrigues	Técnico Ministerial	14/06/2017	Aprovado
11	109911	Patricia Lacerda Soares Guimarães	Analista Ministerial	20/06/2017	Aprovada
12	78807	Paula Cristina de Moura Silva	Analista Ministerial Especializado	20/06/2017	Aprovada
13	121013	Tamisa de Brito Bezerra	Analista Ministerial	20/06/2017	Aprovado
14	116812	Ana Lucia de Carvalho Cardoso	Analista Ministerial Especializado	21/06/2017	Aprovada

15	120813	Ana Luiza Rocha Bringel	Analista Ministerial	21/06/2017	Aprovado
16	113412	Kamila Laranjeira Sodre	Técnico Ministerial	25/06/2017	Aprovada
17	89208	Talles Danilo Tavares Oliveira	Auxiliar Ministerial Especializado	25/06/2017	Aprovado
18	113512	Jaqueline dos Santos Serafim	Oficial de Diligências	26/06/2017	Aprovada
19	113612	Katia Gonçalves Soares Correa Rocha	Técnico Ministerial	26/06/2017	Aprovada
20	109811	Davidson da Silva Oliveira	Analista Ministerial	27/06/2017	Aprovado
21	110011	Laecio Lino Soares	Analista Ministerial	28/06/2017	Aprovado
22	113912	Marcia Aparecida Arruda de Menezes	Analista Ministerial Especializado	28/06/2017	Aprovada
23	114012	Savanna Oliveira Machado	Técnico Ministerial	28/06/2017	Aprovada
24	100810	Adolfo do Carmo Junior	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
25	68407	Adrina Cordeiro de Freitas Neta	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovada
26	100910	Anderson Martins Santiago	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
27	101110	Benedicto Jose Ismael Neto	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
28	102010	Dayane Ribeiro dos Reis	Técnico Ministerial	29/06/2017	Aprovada*
29	101910	Fabricio Felipe dos Santos	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
30	103810	Fernando Bruno Nogueira de Oliveira	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
31	103210	Fernando Nabi Silva Sousa	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
32	102510	Georges Oliva de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	29/06/2017	Aprovado
33	102710	Jadson Martins Bispo	Técnico Ministerial	29/06/2017	Aprovado
34	101210	Janete de Souza Santos Intigar	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovada
35	104310	Joao Bosco de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	29/06/2017	Aprovado
36	101510	Joao Paulo Leandro de Souza Araujo	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
37	102610	Juliana Maria Gonçalves Lucio Batista	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovada
38	103710	Juliano Correa da Silva	Analista Ministerial Especializado	29/06/2017	Aprovado
39	102210	Lillian Pereira Barros Demetrio	Analista Ministerial Especializado	29/06/2017	Aprovada
40	101610	Marlene de Menezes	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovada
41	101810	Simone Lobato Goes de Albuquerque	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovada
42	101710	Tiago Soares Petek	Analista Ministerial	29/06/2017	Aprovado
43	110111	Patricia Grimm Bandeira das Neves	Analista Ministerial	30/06/2017	Aprovada

\* servidor em licença saúde, repetiu-se a avaliação anterior

**ATO CHGAB/DG Nº 016/2017**

*Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal ou Vertical de servidor(es) efetivo(s) e estável(is) do Ministério Público do Estado do Tocantins, na forma que especifica.*

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033, de 03 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

**RESOLVEM:**

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidor(es) efetivo(s) e estável(is) dos quadros auxiliares de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, progredido(s) horizontalmente ou verticalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 07 de julho de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 016/2017, DE 07 DE JULHO DE 2017  
RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL/VERTICAL**

Ord.	Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/Padrão Anterior	Classe/Padrão Atual	Data da Progressão
1	96409	Geilza Maria de Araújo Resplande Noeto	Auxiliar Ministerial	AA6	AB1	01/06/2017
2	112112	Marina Lima Falcão	Analista Ministerial	HA3	HA4	01/06/2017
3	96509	Natalia Fernandes Machado Nascimento	Auxiliar Ministerial	AA6	AB1	01/06/2017
4	112512	Wellington Gomes Miranda	Analista Ministerial	HA3	HA4	05/06/2017
5	112912	Andreia Alves de Carvalho	Analista Ministerial	HA3	HA4	06/06/2017
6	96609	Luciana Carla da Hora Duailibe	Analista Ministerial Especializado	IA6	IB1	08/06/2017
7	74607	Luiz Evelino Barbosa	Técnico Ministerial	EB2	EB3	11/06/2017
8	120913	Sonia Marcia Gonçalves	Analista Ministerial	HA2	HA3	11/06/2017
9	113012	Diogo dos Santos Miranda	Analista Ministerial	HA3	HA4	13/06/2017
10	100410	Cesar de Amorim Rodrigues	Técnico Ministerial	EA5	EA6	14/06/2017
11	109911	Patricia Lacerda Soares Guimarães	Analista Ministerial	HA4	HA5	20/06/2017
12	78807	Paula Cristina de Moura Silva	Analista Ministerial Especializado	IB1	IB2	20/06/2017
13	121013	Tamisa de Brito Bezerra	Analista Ministerial	HA2	HA3	20/06/2017
14	116812	Ana Lucia de Carvalho Cardoso	Analista Ministerial Especializado	IA3	IA4	21/06/2017
15	120813	Ana luiza Rocha Bringel	Analista Ministerial	HA2	HA3	21/06/2017
16	113412	Kamila Laranjeira Sodre	Técnico Ministerial	EA3	EA4	25/06/2017
17	89208	Talles Danilo Tavares Oliveira	Auxiliar Ministerial Especializado	BB1	BB2	25/06/2017
18	113512	Jaqueline dos Santos Serafim	Oficial de Diligências	GA3	GA4	26/06/2017
19	113612	Katia Gonçalves Soares Correa Rocha	Técnico Ministerial	EA3	EA4	26/06/2017
20	109811	Davidson da Silva Oliveira	Analista Ministerial	HA4	HA5	27/06/2017
21	110011	Laecio Lino Soares	Analista Ministerial	HA4	HA5	28/06/2017
22	113912	Marcia Aparecida Arruda de Menezes	Analista Ministerial Especializado	IA3	IA4	28/06/2017
23	114012	Savanna Oliveira Machado	Técnico Ministerial	EA3	EA4	28/06/2017
24	100810	Adolfo do Carmo Junior	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
25	68407	Adrina Cordeiro de Freitas Neta	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
26	100910	Anderson Martins Santiago	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
27	101110	Benedicto Jose Ismael Neto	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
28	102010	Dayane Ribeiro dos Reis	Técnico Ministerial	EA5	EA6	29/06/2017
29	101910	Fabricio Felipe dos Santos	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
30	103810	Fernando Bruno Nogueira de Oliveira	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
31	103210	Fernando Nabi Silva Sousa	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
32	102510	Georges Oliva de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	IA5	IA6	29/06/2017
33	102710	Jadson Martins Bispo	Técnico Ministerial	EA5	EA6	29/06/2017
34	101210	Janete de Souza Santos Intigar	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017

35	104310	Joao Bosco de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	IA5	IA6	29/06/2017
36	101510	Joao Paulo Leandro de Souza Araujo	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
37	102610	Juliana Maria Gonçalves Lucio Batista	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
38	103710	Juliano Correa da Silva	Analista Ministerial Especializado	IA5	IA6	29/06/2017
39	102210	Lillian Pereira Barros Demetrio	Analista Ministerial Especializado	IA5	IA6	29/06/2017
40	101610	Marlene de Menezes	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
41	101810	Simone Lobato Goes de Albuquerque	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
42	101710	Tiago Soares Petek	Analista Ministerial	HA5	HA6	29/06/2017
43	110111	Patricia Grimm Bandeira das Neves	Analista Ministerial	HA4	HA5	30/06/2017

<b>AUTOS Nº:</b>	<b>2017.0701.00329</b>
<b>PARECER Nº:</b>	<b>117/2017</b>
<b>ASSUNTO:</b>	<b>Flexibilização da jornada diária de trabalho</b>
<b>INTERESSADOS:</b>	<b>Laércio Fontes de Oliveira e Rosiane Lima Sousa</b>

**DECISÃO Nº. 073/2017**

À vista do que consta no Requerimento dos servidores (fls. 02/03), com a devida ciência e anuência da chefia imediata (fl. 03), onde restou plenamente demonstrado o atendimento às exigências do Ato/PGJ nº 056/2015, considerando ainda a ponderação apontada no Parecer nº 117/2017, da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, de 06 de julho de 2017, em conformidade com os dispostos do artigo 2º c/c §1º, do art. 3º, ambos do citado Ato, e por força do artigo 2º, inciso I, alínea "b", c/c artigo 2º, parágrafo único, do Ato/PGJ nº 033, de 04 de abril de 2017, DEFERIMOS o pedido formulado pelos servidores LAÉRCIO FONTES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 129.115, ocupante do cargo de Analista Ministerial – Especialidade Ciências Jurídicas e ROSIANE LIMA SOUSA, Matrícula nº 121.313, Técnica Ministerial – Assistência Administrativa, lotados atualmente na Promotoria de Justiça de Wanderlândia, concedendo-lhes a flexibilização das suas cargas horárias de trabalho, de 11:00 às 18:00 ao primeiro requerente e das 08:00 às 15:00 à segunda interessada.

Insta observar que a presente flexibilização da jornada de trabalho vige apenas e tão somente perante a atual chefia imediata, bem como a presente lotação de trabalho dos servidores.

Notifiquem-se os servidores requerentes e sua Chefia imediata desta Decisão.

Publique-se no D.O.M.P.E. Arquite-se temporariamente os autos no Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento. Cumpra-se.

Palmas, 06 de julho de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE PREGÃO****EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 24/07/2017, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 021/17, processo nº 2017/0701/00256, objetivando a Aquisição de materiais gráficos – capas para processo, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: [www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br).

Palmas-TO, 10 de julho de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE PREGÃO**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, torna público que fará realizar no dia 25/07/2017, às 10 h (dez horas), horário de Brasília-DF, a abertura do Pregão Eletrônico nº 022/17, processo nº 2017/0701/00194, objetivando o Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares de Informática, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins. O Edital está disponível nos sítios: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br).

Palmas-TO, 10 de julho de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL****EDITAL**

O Promotor de Justiça em substituição, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, DÁ CIÊNCIA ao senhor Edevaldo Taríssio e eventuais interessados do declínio de atribuição deste Parquet Estadual em favor do Ministério Público Federal do Estado do Tocantins para atuar na Notícia de Fato nº 2017.0001001, a qual relata eventual irregularidades no pregão eletrônico nº 108/2017 – processo 2015/30550/003711 da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins, que possui por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento das Unidades de Saúde da SESAU/TO. Considerando que a fonte de recursos do presente procedimento licitatório é de origem federal, conforme consta em dotação orçamentária: Fonte: 0250-Recurso Federal, a atribuição para promover as investigações necessárias a elucidação dos fatos é do Ministério Público Federal.

Palmas, 10 de julho de 2017.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça  
(Em substituição automática)

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIATINS****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO  
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 18/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n.132/2015

FATO EM APURAÇÃO: colher elementos de convicção para acerca da adoção dos procedimentos legais para esclarecimento do suposto crime de ameaça relatado

INVESTIGADO: Dorimar Sousa Leal

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 3 de julho de 2017

Avenida Sousa Porto, Centro - Goiatins - TO - CEP 77.770-000 -  
Telefone: (63) 3469-1280

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITACAJÁ****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO  
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 90/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Acórdão 316/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: prática de ato de improbidade administrativa e possível ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nas contas de ordenador de despesas do Poder Legislativo de Recursolândia/TO, referente ao exercício de 2008, tendo como responsável LUZIA DE SOUZA PATRÍCIO MIRANDA, à época Presidente da Câmara Municipal de Recursolândia/TO;

INVESTIGADO: Luzia de Souza Patrício Miranda;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 05 de julho de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO  
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 91/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Acórdãos 585/2010, 420/2009 e 750/2009, todos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: prática de ato de improbidade administrativa e possível ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nas contas de ordenador de despesas do Poder Executivo de Itapiratins/TO, referente aos exercícios de 2003, 2006 e 2007, tendo como responsável ADEVALDO DE SOUSA RODRIGUES, à época Prefeito Municipal de Itapiratins/TO;

INVESTIGADO: Adevaldo de Sousa Rodrigues;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 05 de julho de 2017.